



# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

P R O C U R A D O R I A J U R Í D I C A

Barueri, 13 de agosto de 2025

P A R E C E R J U R Í D I C O

055/2025



|          |           |
|----------|-----------|
| Fis: Nº  | 07        |
| Proc. Nº | 1599/2025 |

De: **Procuradoria Jurídica.**

Para: **Presidente, Secretaria Legislativa, Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Finanças e Orçamento.**

Ref.: **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 011/2025.**

Autoria: **EXECUTIVO MUNICIPAL.**

Dispõe sobre:

*"ALTERA O ART. 47-N DA LEI COMPLEMENTAR Nº 403, DE 28 DE JUNHO DE 2017, QUE REESTRUTURA O SISTEMA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE BARUERI.*

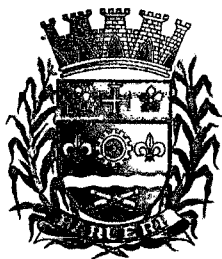
## Considerações iniciais

Trata-se de Projeto de Lei Complementar de autoria do Chefe do Poder Executivo que tem por fim alterar o artigo 47-N da Lei Complementar nº 403, de 28 de junho de 2017, que Reestrutura o Sistema da Administração Municipal de Barueri.

A Lei Orgânica expressamente prevê constituir competência do município "dispor sobre a organização e execução dos serviços públicos" (consoante a alínea 'd', do inciso I, do artigo 13), bem como ser da competência do Prefeito legislar sobre: "criação, extinção, estruturação e atribuições das Secretarias ou Departamentos equivalentes e órgãos da administração Pública", conforme inciso III, do art. 60).

Assim, a presente propositura encontra arrimo na legislação local, uma vez que a sua pretensão é realizar alteração pontual nas competências funcionais da Secretaria da Família, ou seja, trata-se de medida que busca apenas alterar as atribuições da referida Secretaria.





# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

P R O C U R A D O R I A J U R Í D I C A

A esse propósito importante destacar entendimento jurisprudencial externado pelo Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, que afirma constituir competência reservado ao Prefeito legislar sobre cargos públicos e atribuições de órgãos da Administração Pública Municipal. Veja-se:

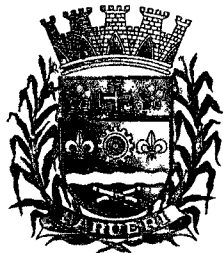
|          |           |
|----------|-----------|
| Fls: Nº  | 08        |
| Proc: Nº | 1599/2025 |

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº: 2000929-28.2025.8.26.0000 AUTOR : Prefeito do Município de Taquarituba RÉU : Presidente da Câmara Municipal de Taquarituba [F] AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Lei nº 1.963, de 01 de novembro de 2024, do Município de Taquarituba, que "autoriza o poder executivo a criar uma unidade de saúde no bairro Porto Taquari" Alegação de violação à reserva legislativa privativa do Chefe do Poder Executivo para criação de órgão público e à separação de poderes, além de falta de previsão de estimativa de impacto orçamentário e financeiro da norma e de indicação de fonte de custeio para as despesas nela estabelecida Norma impugnada de origem parlamentar que viola a iniciativa reservada do Poder Executivo, pois trata da estrutura e atribuição dos órgãos que compõem o Executivo Municipal Inobservância aos arts. 5º, 24, § 2º, 2 e 47, XIX, a, da Constituição Estadual, além do art. 42 da Lei Orgânica do Município e art. 242 do Regimento Interno da Câmara Municipal e ao Tema nº 917 do STF Precedentes deste Órgão Especial - Ação julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 1.963, de 01 de novembro de 2024, do Município de Taquarituba.**

Portanto, ao pretender alterar as competências da Secretaria da família, o Chefe do Poder Executivo atua dentro da esfera local, notadamente munido da sua competência legislativa reservada, não havendo qualquer impedimento para prosseguimento de tal pretensão.



12



# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

## PROCURADORIA JURÍDICA

### Da alteração da Lei

De acordo com a Lei e Introdução às Normas e Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942), *não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue; e a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.* (caput e §1º, o artigo 2º).

A revogação da lei pode ser parcial ou total, quando parcial denomina-se derrogação, que é quando apenas parte da lei é extinta, quando se tratar de revogação total, com a extinção por completo da lei, dá-se o nome de ab-rogação.

No presente caso, a alteração tem por escopo derrogar expressa e parcialmente a lei complementar nº 403 de 28 de junho de 2017, isso porque pretende apenas modificá-la, mantendo a respectiva vigência.

A par disso, para a revogação da lei, deve-se observar as mesmas regras legislativas necessárias à sua criação, tais como o quórum de aprovação, forma de votação e apreciação pelas mesmas comissões legislativas, de acordo com sua natureza.

### Considerações finais

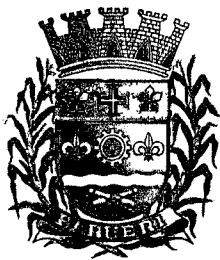
Assim, a proposição, atende aos requisitos legais de **competência** (artigo 13, inciso I, alínea “g” e artigo 19, inciso III, alínea “f” e “h”, todos da Lei Orgânica do Município de Barueri - LOMB), **iniciativa** e **admissibilidade** (artigo 58, 'caput', artigo 60, inciso I e III, ambos da LOMB; artigo 135, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno - RI), não havendo óbice à sua regular tramitação, devendo ser observado o processo legislativo a seguir:

- a) **Parecer da Comissão de Justiça e Redação** (artigo 50, § 1º, do RI);



3

Fls. Nº 09  
Proc. Nº 1599/2025



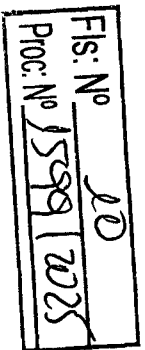
# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001


## PROCURADORIA JURÍDICA

- b) **Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento** (artigo 50, § 2º, do RI);
- c) **Discussão Única** (artigo 47 da LOMB e artigo 173, § 2º, do Regimento Interno);
- d) **Quórum de maioria absoluta dos membros da CMB** (artigo 50, inciso I, alínea “e” e art. 58, parágrafo único, da LOMB e artigo 185, inciso VI, do RI);
- e) **Votação Nominal** (artigo 189, §3º, alínea “c”, do RI).



**Sugere-se**, à Comissão de Justiça e Redação para que, nos termos regimentais, verifique a concordância e a pertinência da pontuação utilizada.

S.m.j., este é o Parecer que emerge desta Procuradoria Jurídica.

  
**MAGNO ELJI MORI**  
Procurador da Câmara  
OAB/SP nº 137.070

A Secretaria Diretoria-geral – por meio de sua Assessoria – no uso de suas respectivas atribuições, notadamente em relação a prestação de assessoria à Mesa Diretora e ao Presidente da Câmara, DÁ-SE POR CIENTE dos termos deste Parecer.

  
**MARCOS PEREIRA SILVA**  
Assessor da Secretaria Diretoria-geral

